

Comissão do pacto surge com a nova Constituição

17 SET 1988

JORNAL DO BRASIL

Murilo Menon — 10.11.87

SÃO PAULO — Uma comissão composta por políticos de expressão nacional, empresários, trabalhadores, representantes do governo e, possivelmente, outras entidades civis, será formada logo após a promulgação da nova Constituição — prevista para 5 de outubro — para viabilizar politicamente o pacto social. A comissão surge de temores existentes no meio empresarial de que possa se criar um “vácuo” de poder depois do 5 de outubro. O documento-base para as negociações será assinado terça-feira em Brasília.

Já foram contactados para compor a comissão os seguintes políticos: deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte; senador Marco Maciel, presidente do PFL; deputado Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT na Constituinte; deputado Adolpho de Oliveira (PL-RJ), um dos relatores-adjuntos da nova Constituição. Espera-se a indicação de algum nome do PTB e há contatos também com o PDS. Há cerca de dez dias houve em São Paulo um encontro sigiloso de integrantes das lideranças patronais com representantes da alta hierarquia da Igreja Católica, no qual ficaram estabelecidos pontos de “ação comum”.

A formação da comissão mista nacional, que será integrada também por lideranças de trabalhadores e empresários, conta ainda com o apoio de algumas entidades da chamada sociedade civil. Já foram consultados integrantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da Associação de Magistrados e de outras.

O principal objetivo da futura comissão será encaminhar o pacto, voltado fundamentalmente contra a inflação, viabilizando-o politicamente. Isso não significa, porém, que pelo temor do “vácuo” de poder, essa comissão passará “à governar o país”, na expressão de um empresário que participa das reuniões do Fórum Informal (organismo que reúne os presidentes das principais entidades patronais paulistas). “O governo, obviamente, continuará governando”, explica ele, para acrescentar que as negociações contaram sempre com a concordância e o estímulo do presidente José Sarney e do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. A comissão, segundo esta fonte, criará um campo político propício ao entendimento social, imprescindível para que o Brasil supere essa fase de transição, combata a inflação e retome os investimentos.

O documento preparado por empresários e trabalhadores vai ser assinado terça-feira, segundo o empresário Roberto Della Manna, 1º secretário da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), e aponta para a



Ulysses é um dos convidados

necessidade da participação de toda a sociedade para a superação da crise. O texto propõe que o entendimento deve ser estabelecido com base na nova Constituição, defende a retomada dos investimentos e exige o combate à inflação.

Três elementos básicos são sugeridos para um plano de estabilização econômica: reorganização das finanças públicas, viabilização de novos investimentos e adoção de uma política sempre negociada de preços e salários.

Para a reorganização das finanças públicas o documento reivindica o equilíbrio das contas governamentais e a definição do papel do estado na economia do país. Para a viabilização dos investimentos, propõe a conversão de parte da dívida externa em capital de risco, inclusive para projetos de infra-estrutura.

A política negociada de correção de preços e salários deve ter a preocupação de preservar os salários reais da maioria dos trabalhadores, sem prejuízo dos acordos e convenções nas respectivas datas-base.

Auc

X